

CONTRATO CEDAE Nº 062 /2018 (DE)

QUE ENTRE SI CELEBRAM A **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE**
- e a **AVS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
LTDA**, na forma abaixo:

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 – Cidade Nova – Rio de Janeiro, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato por meio de seu Diretor Presidente, Sr. **JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**, e de seu Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade, Sr. **MARCOS ANTONIO FEIJÓ ABREU**, doravante denominada **CEDAE**, e a empresa **AVS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA**, com sede no Trecho 05, Conjunto 04, lotes 07/08, Polo JK, Bairro de Santa Maria, Brasília/DF, CEP: 72.549-550, inscrita no CNPJ sob o nº 02.786.562/0001-38, neste ato por meio de seu sócio administrador, Sr. **ANTÔNIO VENÂNCIO DA SILVA JUNIOR**, cédula de identidade nº FS473010 (DPF-DF) e CPF/MF nº 226.037.271-68, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento no **processo administrativo n. E-07/100.263/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 323/2018**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002; pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/19/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente CONTRATO tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DO TIPO MULTIJATO, FLANGEADO, PARA UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICROMEDIÇÃO DA CEDAE"**.

Itens	Descrição	Quantidade (UN)
01	HIDRÔMETRO MULTIJATO CLASSE B COM DIÂMETRO DE 2" E VAZÃO MÁXIMA DE 30m³/h - COM SAÍDA PULSADA	1.500

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo III do Edital).

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº **323/2018** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se, contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.753 de 17/10/2017, implementar o Programa de Integridade em até 180 dias após a celebração do contrato,

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO QUINTO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de **2018**, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064
Código Orçamentário: 44.90.52.02
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 141110009
Centro de Custos: DE000000000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000549

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$ 1.158.045,00 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil e quarenta e cinco reais)**.

Itens	Descrição	Quantidade (UN)	Valor (unitário)
01	HIDRÔMETRO MULTIJATO CLASSE B COM DIÂMETRO DE 2" E VAZÃO MÁXIMA DE 30m³/h - COM SAÍDA PULSADA	1.500	R\$ 772,03
Total			R\$ 1.158.045,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da CEDAE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao do pagamento, na seguinte forma:

- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela

presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CEDAE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de **R\$ 1.158.045,00 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil e quarenta e cinco reais)**, em parcelas de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATADA deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS



PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu

Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela CEDAE.

PARÁGRAFO SEXTO: Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à CONTRATADA, em valor superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básicos**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à CONTRATADA formular tal solicitação.

PARÁGRAFO OITAVO: A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO NONO: A CONTRATADA se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a CONTRATADA desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: O atraso da CONTRATADA em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A CEDAE se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da CEDAE, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresse consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 262/2014.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

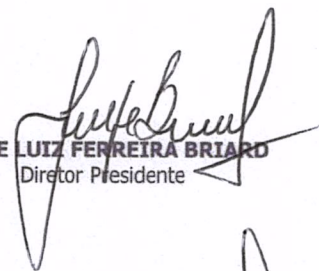
CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

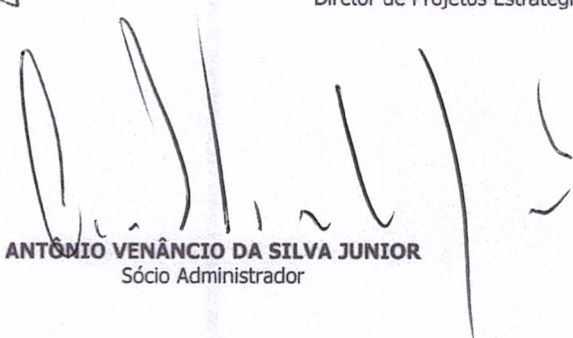
Rio de Janeiro, 17 de maio de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


MARCO ANTONIO FEIJÓ ABREU
Diretor de Projetos Estratégicos e Sustentabilidade

Pela **CONTRATADA**:


ANTÔNIO VENÂNCIO DA SILVA JUNIOR
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS:

1) Rafael L. Pereira

2) contr-AVS-IMPORTACAO-E-EXPORTACAO-PE-323-2018-PLD



**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

RETIFICAÇÃO
D.O. DE 24/05/2018
PÁGINA 20 - 3ª COLUNA
DESPACHOS DA DIRETORIA
DE 20/03/2018

Onde se Lê: Processo nº E-07/002.11414/2014 - INDEFERIMENTO do requerimento de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos em nome de FORWATER RJ SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS AMBIENTAIS LTDA, com base no Parecer Técnico nº 023/2018/SEORH (fls. 156-157), bem como nos demais elementos dos autos do processo em referência.
Lei nº 2008841

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 13/04/2018**

DESIGNA DAISY CRISTINA DE ALVARENGA MENEZES, Engenheira F, como Presidente, KLEBER COSTA, Agente Administrativo F, LUIZ CLAUDIO DRUMOND, Engenheiro D, como membros titulares e, OSMAR PEREIRA PINTO FILHO, Auxiliar de Apoio Administrativo, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DO TIPO MULTIJATO, PARA UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICROMEDIDAÇÃO DA CEDAE, de que trata o Processo nº E-07/100.262/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.10/2018.
Id: 2108649

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 13/04/2018**

DESIGNA DAISY CRISTINA DE ALVARENGA MENEZES, Engenheira F, como Presidente, KLEBER COSTA, Agente Administrativo F, LUIZ CLAUDIO DRUMOND, Engenheiro D, como membros titulares e, OSMAR PEREIRA PINTO FILHO, Auxiliar de Apoio Administrativo, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II e JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a AQUISIÇÃO DE MEDIDORES DO TIPO MULTIJATO, FLANGEADO PARA UTILIZAÇÃO NA REDE DE MICROMEDIDAÇÃO DA CEDAE, de que trata o Processo nº E-07/100.262/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.10/2018.
Id: 2108634

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 13/04/2018**

DESIGNA CARLOS HENRIQUE COELHO BRAZ, Agente de Saneamento A, como Presidente, ALEXANDER JOAQUIM LOURENÇO, Engenheiro B, DIMAS DOS SANTOS CASSIANO, Agente de Saneamento A, como membros titulares e ROSSON DA SILVA, Técnico de

Saneamento II, como membro suplente, Gerente do Contrato KAREN DEBERG REIS WELBERT, Economista C e JOSE AUGUSTO SILVA BASTOS, Agente Administrativo B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado a IMPLANTAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO CENTRO DE INSTRUÇÃO DA MARINHA DO BRASIL ALMIRANTE ALEXANDRINO, de que trata o Processo nº E-07/100.508/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.10/2018.
Id: 2108635

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 26/04/2018**

DESIGNA AURICELI MOLLO GONCALVES KAYSER, Agente Administrativo E, como Presidente, EDUARDO AMIM MOTA LOPES e SERGIO HENRIQUE RODRIGUES DA SILVA, Engenheiros B, como membros titulares e MARIA REGINA DE ORNELAS AZEVEDO, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato DAMIAO BARBOSA, Agente Administrativo E e RODRIGO SANTOS HOSKEN, Advogado B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO A MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS NA ÁREA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO DIVIDIDOS EM 03 (TRÊS) LOTES, de que trata o Processo nº E-17/100.429/2015, Ordem de Serviço "E" nº 15.119/2018.
Id: 2108650

**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE
DE 04/05/2018**

DESIGNA JOAO BENEDITO LORENZON MELLO, Engenheiro F, como Presidente, THIAGO DE OLIVEIRA SALES POLITO, Analista de Qualidade C e LEONARDO MATTOS DUARTE SILVA, Agente Administrativo E, como membros titulares e SERGIO CLAUDIO COUNAGO MARQUES, Analista de Qualidade C, como membro suplente, Gerente do Contrato JOSE ROBERTO DA COSTA DANTAS, Engenheiro F e SERGIO REGO RODRIGUES, Administrador F, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização destinada aos SERVIÇOS DE DEMOLIÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVA LAJE DO 2º PAVIMENTO DO PRÉDIO DA GCO-DG, de que trata o Processo E-07/100.741/2017, Ordem de Serviço "E" nº 15.128/2018.
Id: 2108636

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

**DESPACHO DO SECRETÁRIO
DE 21/05/2018**

*PROCESSO Nº E-22/001/231/2017 - RATIFICADO por inexistência de licitação, com base no art. 25, no inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, no valor total de R\$ 1.013.431,00 mil treze reais e quarenta e três centavos, em favor da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, referente à contratação de seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre, nos termos da Autorização da Chefia de Gabinete, autoridade Ordenadora da Despesa.
*Omitido no D.O. de 22/05/2018.
Id: 2108622

**DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 18/05/2018**

*PROCESSO Nº E-22/001/231/2017 - AUTORIZO por inexistência de licitação, com base no art. 25, no inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, no valor total de R\$ 1.013.431,00 mil treze reais e quarenta e três centavos, em favor da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, referente à contratação de seguro obrigatório de danos pessoais por veículos automotores de via terrestre.
*Omitido no D.O. de 21/05/2018.
Id: 2108823

**SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE DIREITOS E VANTAGENS**

**DESPACHO DO GERENTE
DE 23/05/2018**

PROCESSO Nº E-22/001/526/2017 - JUCELIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS Agente Social, ID Funcional nº 20126034, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Prêmio referente ao período-base de 10.05.2013 a 07.05. 2018.
Id: 2108573

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
ATO DO ORDENADOR DE DESPESAS
DE 22.05.2018**

APOSENTA ELI D'AVILA, Assistente de Montagem Teatral, Grupo III, Nível 5, ID funcional 2876256-8, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47-2005, Processo nº E-16/005/238/2015.
Id: 2108796

**FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL**

**ATOS DO DIRETOR
DE 23.05.2018**

DESIGNA, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato de prestação de serviços de seguro, celebrado entre FUNARJ e MARITIMA SEGUROS S/A os servidores: LUIZ DE FRANÇA COSTA LIMA NETO, ID 2866398, PHILLIP VILOTE DE OLIVEIRA, ID 50919318 e VINICIUS CALMON SANTOS, ID 50916351.

DESIGNA, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato de prestação de serviços de telefonia fixa, celebrado entre FUNARJ e TELEMAR NORTE LESTE S.A os servidores: DAVISON CLAUDIO GOMES DE ARAUJO, ID 44225750 e PHILLIP VILOTE DE OLIVEIRA, ID 50919318.
Id: 2108578



AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
CONCEDIDOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS,
FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS E DE RODOVIAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ouvidoria:
0800 285 9796

De 2ª a 6ª feira, das 7h às 19h

ouvidoria@agetransp.rj.gov.br

www.agetransp.rj.gov.br

Barcas, Metrô, Trem e Rodovias Estaduais Pedagiadas



www.facebook.com/agetransprj

www.twitter.com/agetransp

AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00149043

NOME: Papasa - Fabrica de Papel LTDA. CNPJ/CPF Nº 30.559.132/0001-19. ENDEREÇO: Estrada Friburgo - Riograndina, Km 15, MUNICÍPIO: Nova Friburgo - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 61, da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 147.521,70. PROCESSO Nº E-07/002.1188/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00148720

NOME: Carlos Nunes Cordeiro. CNPJ/CPF Nº 009.577.047-04. ENDEREÇO: Fazenda Nova California, MUNICÍPIO: Angra dos Reis - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81, da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 3.261,56. PROCESSO Nº E-07/002.4978/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00149053

NOME: Paulo Ney de Castro Menezes Silva. CNPJ/CPF Nº 036.235.137-58. ENDEREÇO: Estrada Engenheiro Pacheco de Carvalho, 750 N 15, MUNICÍPIO: Niterói - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76, da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.037,50. PROCESSO Nº E-07/002.3028/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00148973

NOME: Rio Maracanã Posto de Gasolina LTDA. CNPJ/CPF Nº 33.318.783/0001-05. ENDEREÇO: Rua Ribeiro Guimarães, 20, MUNICÍPIO: Rio de Janeiro - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 76, da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.069,07. PROCESSO Nº E-07/002.1077/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00149024

NOME: Marcelo Silva Ferreira. CNPJ/CPF Nº 005.279.407-81. ENDEREÇO: Estrada Rosa Machado, nº 2528 - Sítio Miravira, MUNICÍPIO: Barra do Piraí - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 81, da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 2.743,75. PROCESSO: E-07/002.5546/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00148818

NOME: Gui Mauro do Rosário. CNPJ/CPF Nº 008.265.927-76. ENDEREÇO: Rua das Flores, nº 16, MUNICÍPIO: Angra dos Reis - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 64 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 11.631,12. PROCESSO Nº E-07/002.4317/2015.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00149810

NOME: PAJAM Produtos Alimentícios LTDA. CNPJ/CPF Nº 01.950.351/0001-07. ENDEREÇO: Estrada de Vista Alegre, Km 03 - Zona Rural, MUNICÍPIO: Itaboraí. INFRAÇÃO: Artigo 93 da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$5.000,00. PROCESSO Nº E-07/002.11925/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEAI/00150032

NOME: Eco Serviços Ambientais e Saúde Pública LTDA - ME. CNPJ/CPF Nº 15.827.440/0002-21. ENDEREÇO: Rua Mozaard Bastos Soares, nº 530, Loja B - CEHAB, MUNICÍPIO: Itaperuna. INFRAÇÃO: Artigo 85, da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples - R\$5.000,00. PROCESSO Nº E-07/002.12201/2017.

AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFEISEAI/00148927

NOME: Oliveira Imunizações, Conservações, Comércio e Serviços LTDA. CNPJ/CPF Nº 13.708.180/0001-02. ENDEREÇO: Todo o Território do Estado do Rio de Janeiro, MUNICÍPIO: Todos - RJ. INFRAÇÃO: Artigo 87, da Lei Estadual nº 3.467/00. PENALIDADE: Multa Simples R\$ 156.624,74. PROCESSO Nº E-07/002.2531/2015.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 063/2018 (DE).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a AVS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
OBJETO: Aquisição de medidores do tipo multi-jato, para utilização na rede de micromedição da CEDAE.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 2.887.650,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil seiscentos e cinquenta reais).
DATA DE ASSINATURA: 17/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.262/2017 (Pregão Eletrônico nº 319/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 062/2018 (DE).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a AVS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
OBJETO: Aquisição de medidores do tipo multi-jato, flangeado para utilização na rede de micromedição da CEDAE.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 1.158.045,00 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil e quarenta e cinco centavos).
DATA DE ASSINATURA: 17/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.263/2017 (Pregão Eletrônico nº 323/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 066/2018 (DM).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EMISSÃO S.A.
OBJETO: Serviços contínuos de apoio à manutenção e operação do abastecimento de água e esgotamento sanitário das gerências regionais na área da Região Metropolitana do Rio de Janeiro divididos em 03 (três) lotes - LOTE I.
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR: R\$ 24.836.424,37 (vinte e quatro milhões, oitocentos e trinta e seis mil quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta e sete centavos).
DATA DE ASSINATURA: 18/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.429/2015 (CN nº 002/2016 - ASL-1.1).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 067/2018 (DM).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EMISSÃO S.A.
OBJETO: Serviços contínuos de apoio à manutenção e operação do abastecimento de água e esgotamento sanitário das gerências regionais na área da Região Metropolitana do Rio de Janeiro divididos em 03 (três) lotes - LOTE II.
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR: R\$ 35.422.246,03 (trinta e cinco milhões, quatrocentos e vinte e dois mil duzentos e quarenta e seis reais e três centavos).
DATA DE ASSINATURA: 18/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.429/2015 (CN nº 002/2016 - ASL-1.1).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 064/2018 (DG).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a CESAR REFORMAS E SERVIÇOS LTDA - EPP.
OBJETO: Serviços de demolição e construção de nova laje do 2º pavimento do prédio da GCQ-DE.
PRAZO: 50 (cinquenta) dias.
VALOR: R\$ 74.424,16 (setenta e quatro mil quatrocentos e vinte e quatro reais e dezesseis centavos).
DATA DE ASSINATURA: 17/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.741/2017 (Tomada de Preços nº 103/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 065/2018 (DT).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ENIMONT - EMPRESA NACIONAL DE INSTALAÇÕES E MONTAGENS LTDA.
OBJETO: Implantação do esgotamento sanitário do Centro de Instrução da Marinha do Brasil Almirante Alexandrino.
PRAZO: 180 (cento e oitenta) dias.
VALOR: R\$ 999.999,91 (novecentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos).
DATA DE ASSINATURA: 17/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-07/100.508/2017 (Tomada de Preços nº 101/2018).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 068/2018 (DM).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a EMISSÃO S.A.
OBJETO: Serviços contínuos de apoio à manutenção e operação do abastecimento de água e esgotamento sanitário das gerências regionais na área da Região Metropolitana do Rio de Janeiro divididos em 03 (três) lotes - LOTE III.
PRAZO: 360 (trezentos e sessenta) dias.
VALOR: R\$ 46.058.635,59 (quarenta e seis milhões, noventa e oito mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e nove centavos).
DATA DE ASSINATURA: 18/05/2018.
FUNDAMENTO: Processo nº E-17/100.429/2015 (CN nº 002/2016 - ASL-1.1).

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 019/2016 (DI).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TRÊS RIOS (SAAETRI).
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 409.652,12 (quatrocentos e nove mil seiscentos e oitenta e dois reais e doze centavos).
DATA DA ASSINATURA: 05/04/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.102/2016. Inexigibilidade de Licitação nº 001/2016 - DI.
Omitido no D.O. de 06/04/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 030/2016 (DI).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o SINDICATO DA FAZENDA DE TRÊS RIOS - SINDPAS.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 149.043,48 (cento e quarenta e nove mil quatrocentos e trêz reais e quarenta e oito centavos).
DATA DA ASSINATURA: 24/04/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.137/2016 Inexigibilidade de Licitação nº 003/2016 - DH.
Omitido no D.O. de 25/04/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ASSESSORIA DE LOGÍSTICA

COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico - PERP03/18.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REGISTROS DE GAVETA DE FERRO FUNDIDO DE DIVERSOS DIÂMETROS.
A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DE REGISTRO DE PREÇOS comunica que a ERRATA 02 encontra-se à disposição dos interessados no site www.cedae.com.br/registrodeprecos, bem como no Sistema Integrado de Gestão de Aquisições - SIGA, www.compras.rj.gov.br.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 03 ao Contrato CEDAE nº 030/2016 (DI).
PARTES: COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e o SINDICATO DA FAZENDA DE TRÊS RIOS - SINDPAS.
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual.
PRAZO: 12 (doze) meses.
VALOR: R\$ 149.043,48 (cento e quarenta e nove mil quatrocentos e trêz reais e quarenta e oito centavos).
DATA DA ASSINATURA: 24/04/2018.
FUNDAMENTO: Processo Administrativo nº E-17/100.137/2016 Inexigibilidade de Licitação nº 003/2016 - DH.
Omitido no D.O. de 25/04/2018.

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato de Prestação de Serviços e Consultoria.
PARTES: Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento e a SRS - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA EM AVALIAÇÃO DE IMPACTOS.
PRAZO: 30 de novembro de 2018. VALOR: R\$ 447.500,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais). DATA DA ASSINATURA: 30 de abril de 2018. FUNDAMENTO: Processo nº E-02/031.002.2460/2016.

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Autorização de Uso de Bem Imóvel. DATA DA ASSINATURA: 10/04/2018. PARTES: EMATER-RIO e o Sr. PAULO PINTO DA SILVA AZEVEDO. OBJETO: Outorga da Autorização de Uso, em caráter exclusivamente precário, de parte do imóvel da EMATER-RIO, denominado Fazenda Experimental de Itavá, situada no Município de Itavá/RJ, no dia 12 de agosto de 2018, das 11h às 21h para a realização do IV Campeonato de Som e Rebaxados Beneficente de Itavá/RJ, sem que tal utilização importe em restrições ao desempenho das atividades rotineiras da EMATER-RIO. FUNDAMENTO: Processo nº E-02/002.058/2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

AVISO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018.
OBJETO: Execução das obras de instalações de prevenção e combate a incêndio a serem realizadas na Casa/RJ - Unidade I - Itajá.
DATA DA ABERTURA: 10/07/2018, às 10:00 horas.
TIPO: MENOR VALOR GLOBAL.
LOCAL: Sala de reuniões - Prédio da Administração - 6º andar - Av. Brasil 19.001 - Itajá - Rio de Janeiro/RJ.
PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA: 18 (dezoito) meses.
O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos mediante a permuta

de uma resma de papel A4, no seguinte endereço: Avenida Brasil, 19.001 - Prédio da Administração, 5º andar, sala 509 - Itajá - Rio de Janeiro, no horário das 10:00 horas até às 16:00 horas, telefone (21) 2333-8266.

Id: 2108824

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
COMISSÃO DE PREGÃO

AVISO

A COMISSÃO DE PREGÃO torna pública que será realizada a repetição da licitação na modalidade Pregão Eletrônico abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018 R2.
DATA: 12/05/2018 - HORÁRIO: 12:00h.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE).
OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para a prestação de Serviço de Transportes de Valores, na forma do Termo de Referência (Anexo 01) e a Proposta Detalhe (Anexo 02) e partes integrantes do Edital.

PROCESSO Nº E-18/005/303/2017.

O Edital encontra-se disponível, nos endereços eletrônicos www.theatromunicipal.rj.gov.br e www.compras.rj.gov.br, e na Sala da Comissão de Pregão, localizada na Avenida Almirante Barroso, 14/16, 5º andar - Centro, Rio de Janeiro - RJ, mediante a permuta por 01 (uma) resma de papel reprográfico, formato A4, 75g/m², medindo 210mm x 297 mm e dia apresentação do carimbo contendo o CNPJ da empresa.

Id: 2108714

Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Técnica.
PARTES: Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude e o Município de Petrópolis.

DATA DA ASSINATURA: 28/03/2018.

OBJETO: Cooperação recíproca para implantação de núcleos CRJ - Centro de Referência da Juventude, no Município de Petrópolis, visando à inclusão social e econômica dos jovens locais por meio da oferta de oportunidades, materializada através de cursos de qualificação profissional, atividades esportivas e culturais, bem como pela facilitação do acesso a serviços públicos e privados.

FUNDAMENTO: Processo nº E-30/001/456/2017. Lei nº 8.666/93.

*Omitido no D.O. de 02/04/2018.

Id: 2108658

Secretaria de Estado de Turismo

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Acordo de Cooperação Técnica nº 10/2018.

PARTES: O Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Turismo e a Prefeitura de Itaboraí.

OBJETO: Conjugação de esforços entre os parceiros, sem transferência de recursos, visando à difusão e promoção do artesanato fluminense, em consonância com a política de desenvolvimento social, econômico e turístico do Estado do Rio de Janeiro.

PRAZO: 22/05/2018 a 21/05/2019.

FUNDAMENTO: Regido por toda legislação aplicável à espécie, especialmente pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

PROCESSO Nº E-03/003/205/2017.

DATA DE ASSINATURA: 22/05/2018.

Id: 2108791

Procuradoria Geral do Estado

EDITAL

3º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE ACESSO E INCLUSÃO SOCIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A COMISSÃO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO PROGRAMA DE ACESSO E INCLUSÃO SOCIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PAIS/PGE, nos termos da Resolução PGE nº 4.194, de 04/04/2018, faz saber aos interessados que, considerando notícia amplamente divulgada nos meios de comunicação sobre a falta de combustível com a consequente paralisação dos meios de transporte aquaviário, ferroviário e rodoviário nos próximos dias 26 e 27.05.2018, a Prova Objetiva do Multiple Escolha do 3º Exame de Seleção de Candidatos ao Programa de Acesso e Inclusão Social da Procuradoria Geral do Estado - PAIS/PGE não mais ocorrerá no próximo dia 26 de maio de 2018. A nova data para sua aplicação será oportunamente divulgada.

Em consequência, fica sem efeito o Edital publicado no DOERJ-I de 22.05.2018.

Id: 2108916

Denúncias,
Dúvidas ou
Informações

Disque Idoso
2334-5500

PERTO DE VOCE